



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER Nº 901/2019

Processo nº : 8110/2018
Órgão de Origem : Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Entidade Vinculante : Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins
Responsável : Aldeiris Alves Bonfim
Cristiano Luiz Boastik
Divino Alves das Neves
Leonardo Noleto Moreira
Suane Pereira Alves
Conselheiro Substituto : Wellington Alves da Costa
Relator : Manoel Pires dos Santos
Assunto : Auditoria de Regularidade, referente ao período de janeiro a agosto de 2018.

Vieram a exame deste Ministério Público de Contas os autos de Auditoria de Regularidade, instituída pela Portaria nº 526/2018, para verificar a regularidade dos atos de gestão no Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins, no período de janeiro a agosto de 2018.

A Primeira Diretoria de Controle Externo ao auditar a Entidade, Relatório de Auditoria nº 55/2018, constatou a existência de irregularidades passíveis de multa e de imputação de débito.

O Relator, por meio do Despacho nº 44/2019, determinou a citação dos responsáveis, apontados no Relatório de Auditoria de Regularidade nº 55/2018, para apresentar justificativa sobre as inconsistências encontradas pela equipe de auditoria.

Os responsáveis foram regularmente citados e apresentaram suas justificativas, expediente nº 1784929/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Instada a se manifestar, a Primeira Diretoria de Controle Externo, por via das Análises de Defesa nº 24/2019, considerou que para as irregularidades que foram apresentadas defesas, somente parte delas foram elididas.

Finalizando a instrução, o Corpo Especial de Auditores, Parecer nº 879/2019 manifestou-se pelo acolhimento do relatório de auditoria, aplicação de multa e conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, em decorrência de dano ao erário.

Encaminhou-se os autos para análise do Ministério Público de Contas.

É o relatório.

O Regimento Interno do Tribunal de Contas, em seu artigo 125, prevê a realização de auditorias com a finalidade de exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial dos fatos e atos administrativos; avaliar a organização, eficiência e eficácia do controle interno e acompanhar a execução dos planos, programas e projetos das unidades, quanto aos aspectos de economia, eficiência e efetividade.

A Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, prevê em seu artigo 110, que para assegurar a eficácia do controle e instruir o julgamento de contas, o Tribunal de Contas deverá efetuar a fiscalização dos atos e contratos de que resultem receita ou despesa praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Ao auditar o Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins verificou-se a ocorrência das seguintes irregularidades, conforme consta no Relatório de Auditoria nº 55/2018:

Em relação a Sra. Aldeiris Alves Bonfim:

- “1. Autorizou a realização de despesa com combustíveis sem implantar os controles internos de acordo com as regras prevista no Acórdão 491/2011 – TCE/TO – 1ª Câmara, não instruiu os processos oriundos de procedimentos licitatórios de acordo com as regras da Instrução Normativa nº 07/2013;
2. Autorizou a realização de despesa de exercício anterior, sem justificativa e com erro no elemento, evidenciando omissão no registro do passivo financeiro no exercício anterior;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

3. Autorizou a prorrogação de contrato mediante termo aditivo após a vigência do contrato;
4. Autorizou a contratação da despesa com cláusula contratual divergente do objeto contratado e autorizou o pagamento da despesa sem especificar os serviços prestados com publicidade;
5. Firmou Termo Aditivo de contrato com o prazo de vigência vencido, e ainda, não demonstrou a vantagem de manter o contrato e quais os serviços que foram prestados com consultoria;
6. Não nomeou gestora da ata de registro de preços de medicamentos ”.

Em relação a Sra. Suane Pereira de Moraes:

- “1. Não exigiu a implantação de sistema de controle interno referente a aquisição e consumo de combustíveis de acordo com as diretrizes do Acordão 491/2011 – TCE/TO – 1ª Câmara, não fiscalizou o cumprimento do artigo 13 § único da Instrução Normativa nº 07/2013 e analisou procedimento licitatório sem exigir o cumprimento da publicidade prevista no artigo 11 do Decreto nº 3.555/2000;
2. Foi favorável ao pagamento de despesa liquidada no exercício anterior sem questionar a omissão do registro em restos a pagar e não mencionou o erro na classificação da natureza de despesa no que tange ao elemento de despesa;
3. Foi favorável ao pagamento de despesa com prorrogação de termo aditivo após a vigência do contrato;
4. Foi favorável ao empenho e pagamento da despesa sem a descrição dos serviços prestados e com cláusula contratual divergente do objeto contratado.
5. Foi favorável ao empenho e pagamento da despesa sem verificar a conformidade dos serviços prestados.
6. Foi favorável ao processo licitatório com estimativo superestimado, sem cumprir a divulgação na fase inicial de acordo com o Decreto 3555/2000, sem cumprir as regras do artigo 2º inciso III do Decreto 7892/2013 ”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Em relação ao Sr. Divino Alves das Neves:

“1. Não registro a despesa liquidada em restos a pagar nas contas de 2017, e ainda, detalhou a execução orçamentaria com erro no elemento de despesa no processo de pagamento de prestação de serviço médico no exercício de 2018”.

Em relação ao Sr. Leonardo Noleto Moreira Gomes:

“1. Realizou procedimento licitatório sem dar publicidade de acordo com as regras do Decreto 3.555/2000;
2. Realizou o pregão autorização da gestora, sem o temo de referência prévio e atestou as notas fiscais de serviços e declarou ter fiscalizado os serviços prestados mesmo não existindo a descrição dos serviços;
3. Atestou as notas fiscais de serviços de consultoria sem demonstrar a efetiva prestação dos serviços;
4. Realizou procedimento licitatório com estimativo superestimado e não divulgou o edital nos meios previstos no Decreto 3.555/2000, artigo 11, letra c)”

Em relação ao Sr. Cristiano Luiz Boastik:

“1. Realizou o pagamento da despesa com prestação de serviço médico, com instrução do processo sem seguir o rito previsto na Instrução Normativa nº 07/2013/TCE, artigo 13 § único, e ainda, com erro na classificação do elemento de despesa;
2. Participou do empenho, da ordem de pagamento e do pagamento financeiro oriundo de Termo Aditivo firmado após a vigência do contrato”.

Os Responsáveis apresentaram justificativas, entretanto, somente as irregularidades constantes dos itens 1 e 2, em relação a Sra. Suane Pereira de Moraes, que foram consideradas elidida pelo Corpo Técnico deste Tribunal.

As irregularidades que não foram sanadas com as justificativas apresentadas, possuem natureza grave e gravíssimas, nos termos da Instrução Normativa TCE/TO nº. 02/2013, passíveis de aplicação de multa a todos os Responsáveis, nos termos do artigo 39,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS **DO ESTADO DO TOCANTINS**

II da Lei nº 1284/2001, c/c artigo 159, II e V do Regimento Interno do TCE e imputação de débito a Sra. Aldeiris Alves Bonfim e solidariamente a Sra. Suane Pereira de Moraes e ao Sr. Leonardo Noleto Moreira Gomes.

Os seus efeitos que estas inconsistências podem ocasionar ao Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins são: risco de desvio de combustível por falta de controle; realização de despesa sem seguir o rito previsto na legislação; prorrogação irregular de despesas e serviços; contratação sem a observância das regras previstas no termo de referência inicial; pagamento sem comprovação da prestação de serviços e, ausência de publicidade e menor concorrência.

Ao gerir o Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins os Responsáveis inobservaram o disposto na legislação, em especial, o artigo 31 da Constituição Federal (Acórdão 491/2011 TCE/TO 1ª Câmara e Instrução Normativa TCE/TO nº 07/2013), artigo 35, II, da Lei nº 4320/64 (Instrução Normativa TCE/TO nº 02/2011), artigos 7º e 57, II, da Lei nº 8666/93 (Acórdão nº 2471/2008 TCU Plenário), artigos 62 e 63 da Lei nº 4320/64, artigo 2º do Decreto nº 7892/2013, artigo 11, “c” do Decreto nº 3555/2000.

Ante o exposto, com base nos documentos e informações constantes nos autos, o Ministério Público de Contas, com fulcro no artigo 145, V, da Lei Estadual nº 1.284/2001, considerando a vasta e sedimentada jurisprudência emanada desta Corte de Contas, manifesta-se:

- a) pelo acolhimento do Relatório de Auditoria de Regularidade nº 55/2018, devendo o Gestor adotar as recomendações nele apontadas;
- b) pela conversão do presente processo em Tomada de Contas;
- c) pela aplicação de multas a todos os Responsáveis na forma legal e regimental e de acordo com a jurisprudência emanada deste Sodalício.

Ministério Público de Contas, na cidade de Palmas, aos 23 dias do mês de maio de 2019.

MÁRCIO FERREIRA BRITO
Procurador de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

MARCIO FERREIRA BRITO

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matrícula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 24/05/2019 14:50:31

MARCIO FERREIRA BRITO

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matrícula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 24/05/2019 14:51:23